



GT 26. Cosmo-socio-morfologias ameríndias: entre comparação, contrastes e invenção

Coordenador(es):

Paulo Roberto Homem de Góes (Jeriva Socioambiental)

Aline Fonseca Lubel (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Sessão 1

Debatedor/a: Diogenes Egidio Cariaga (UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)

Sessão 2

Debatedor/a: Nicole Soares Pinto (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)

Há quase duas décadas Viveiros de Castro propunha que "seria tempo de se tentar uma análise comparativa das morfologias e processos supralocais na Amazônia, que dispusesse lado a lado os "conjuntos multicomunitários" yanomam, os "grupos" e "aglomerações" trio, os madiha kulina, os itso'fha piaroa, os "nexos endógamos" jívaro, os "subgrupos" parakanã ou wari', e assim por diante" (2002, p. 105). Desde então, muitas pesquisas acerca das sociomorfologias ameríndias, na Amazônia e alhures, vem sendo produzidas, porém, a ambição comparativa da etnologia parece não ter acompanhado o desenvolvimento etnográfico com o mesmo vigor. O objetivo do presente GT é debater a comparação enquanto método etnológico e, para tanto, convidamos pesquisadores a dialogar sobre formas ameríndias de "invenção do social": sua produção de coletivos e territórios (atuais e virtuais), com enfoque seja em relações interaldeãs e interétnicas, seja em relações interespecíficas, seja, ainda, na mútua pressuposição de tais relações. Buscamos, portanto, promover debates a partir de etnografias, de trabalhos etnohistóricos, de arqueologia, da linguística ou do próprio conceito de comparação no sentido de renovar as articulações que compõem a agenda da etnologia e de (re)apropriar interpretações das invenções ameríndias do social.

A coafinidade baniwa: descrições e modelos no Noroeste Amazônico

Autoria: João Jackson Bezerra Vianna (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)

A comunicação busca situar as relações de extraparentesco (afinidade potencial) na construção do parentesco do Alto Rio Negro a partir de uma etnografia entre os Baniwa do rio Aiari, posicionando-se no debate sobre o dravidianato amazônico (cf. Viveiros de Castro, 2002). A partir de controvérsias classificatórias envolvendo categorias sociocentradas (fratrias e clãs) e egocentradas (terminologia dravidiana tripartida entre consanguíneos, afins e coafins), de casamentos viabilizados pela coafinidade (?filhos de mãe? ou aparentamento uterino) e não prescritos, procura-se explicitar uma dinâmica onde parentesco agnático e uterino negam-se mutuamente sem que nenhum deles se estabeleça de modo fixo ou possa ser considerado paradigmático. Conquanto o parentesco agnático (com suas classificações sociocêntricas) seja mais saliente na descrição da região, busca-se no artigo instigar uma reflexão a respeito do parentesco uterino e sua codificação nos termos da coafinidade que considere o coeficiente de afinidade das relações do parentesco amazônico. Evidencia-se uma dinâmica onde a agnação e a consanguinidade podem ser entendidas como subordinadas à cognação e à afinidade potencial. Espera-se demonstrar que a afinidade enquanto esquema de diferença explicita dinâmicas importantes entre parentesco e extraparentesco, entre o domínio humano e não humano, revelando as condições de produção de coletivos e parentes entre os Baniwa no Alto Rio Negro.



**Reunião Brasileira
de Antropologia**

SABERES INSUBMISSOS:
DIFERENÇAS E DIREITOS
RIO 2020

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: